

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº / 2022 (Da Sra. Adriana Ventura)

Solicita a inclusão de convidado em reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3293, de 2021, que "Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências".

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 255, in fine do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a inclusão do **Sr. Flávio Maia, Consultor Jurídico da Associação Brasileira das Companhias Abertas - Abrasca** na Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 3293, de 2021, aprovada pelo requerimento nº 32/2022.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de promoção de um debate público sobre o tema contido no Projeto de Lei nº 3293, de 2021, em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – CCJC, é uma medida que visa trazer luz para as alterações legislativas pretendidas.





Sabe-se que a arbitragem é um dos principais métodos de resolução de conflitos extrajudicial, que tem como premissa a autonomia privada, que permite às partes desenhar seu procedimento e escolher, livremente, os árbitros que venham a atuar no litígio.

Assim, é importante que seja ouvida a entidade representativa das empresas, que são as principais destinatárias desta legislação. Nesse sentido, considerando que a proposição contém disposições que limitam as atividades do árbitro e alteram pontos sensíveis na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, revela-se imprescindível que esta Comissão também ouça esta entidade, de modo que o debate se torne mais representativo e plural.

Sala das sessões, em agosto de 2022

DEPUTADA ADRIANA VENTURA NOVO/SP



